

Utilização da Demonstração do Valor Adicionado - DVA como Ferramenta na Medição da Riqueza no Setor de Telefonia no Brasil

Resumo

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA é atualmente considerada como uma das ferramentas mais utilizadas pelas empresas para demonstração pública, através do balanço social, dos seus compromissos e responsabilidades com o crescimento social. Neste contexto, o objetivo deste trabalho foi analisar a distribuição do valor da riqueza gerada através da Demonstração do Valor Adicionado, no setor de telefonia do Brasil, nos anos de 2007 e 2008. Quanto aos meios de investigação, usou-se pesquisa documental, mediante a análise dos relatórios anuais publicados no sítio da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, nos anos de 2007 e 2008, e a pesquisa bibliográfica, tanto de fontes primárias como secundárias. Constatou-se que a maior parte de sua riqueza se destina ao governo e, em seguida, aos financiadores, em terceiro lugar, aos acionistas e, por último, aos empregados.

Palavras-chave: Demonstração do Valor adicionado, Geração de Riqueza, Distribuição de Riqueza.

Abstract

The Demonstration of the Added Value - DVA currently is considered as one of the tools more used by the companies for public demonstration, through the social rocking, of its commitments and responsibilities as social growth. In this context, the objective of this work was to analyze the distribution of the value of the wealth generated through the Demonstration of the Added Value, in the sector of telephony of Brazil, in the years of 2007 and 2008. How much to the ways of inquiry documentary research was used, by means of the analysis of the published annual reports in besieges it of the Commission of Movable Values - CVM, in the years of

Marcos Igor da Costa Santos

Brasília - DF
Mestrando pelo Programa UnB ¹/UFPB/UFRN
marcos.igor@ig.com.br

Manuel Soares da Silva

Brasília - DF
Mestrando pelo Programa UnB ¹/UFPB/UFRN
silvamanu@uol.com.br

2007 and 2008, and the bibliographical research, as much of primary sources as secondary. It was evidenced that most of its wealth destines it the government and, after that, for the financiers, in third place, for the shareholders and, finally to the employees.

Key words: Demonstration of the added Value, Generation of Wealth, Distribution of Wealth.

1. Introdução

O mundo vem passando por diversas transformações tanto no cenário político, quanto no econômico e social, e, neste contexto, as empresas são afetadas diretamente, sendo assim necessária que a busca pela competitividade e permanência no mercado se torne cada vez mais acirrada.

As atividades praticadas pela empresa interessam a um conjunto de pessoas, cada uma no seu interesse particular. Para atender a cada usuário, a empresa utiliza um sistema de contabilidade que prepara as informações no sentido de

¹UnB - Universidade de Brasília - CEP: 70.910-900 - Brasília - DF.

Marcos Igor da Costa Santos Manuel Soares da Silva

que possa prover ao seu conjunto de usuários, principalmente pela publicação de suas demonstrações contábeis.

Um fato é que nem todas as demonstrações contábeis são direcionadas para os usuários de uma forma geral. Enquanto, por exemplo, o investidor está voltado para aferir o lucro da empresa medido na demonstração do resultado do exercício, um financiador de recursos está mais preocupado em saber se a mesma está gerando caixa suficiente para honrar os compromissos futuros, apresentado na demonstração do fluxo de caixa.

Nesta seara de informações e usuários da contabilidade, durante apenas alguns anos uma determinada parcela vem tomando conhecimentos das ações da empresa através de uma prestação de contas, por meio de uma demonstração, ainda não obrigatória, denominada de Balanço Social.

Para que o balanço social atinja o objetivo de levar à sociedade a prestação de contas da empresa, outra ferramenta vem sendo indispensável às empresas para evidenciar esta responsabilidade social. Trata-se da Demonstração do Valor Agregado - DVA, que se tornou obrigatória para as companhias abertas a partir de dezembro de 2008 por mudança da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), através da Lei nº 11.638/2007. Este demonstrativo é atualmente o mais apropriado para que as empresas demonstrem publicamente o compromisso como empresas que colaboram com o crescimento social.

No momento em que a sociedade passa a ter mais acesso às informações, é possível que emita alguns manifestos, mesmo que, inicialmente, de forma silenciosa, sobre o papel de cada agente dentro de sistema.

Em face das considerações discorridas, o objetivo desse trabalho foi analisar a distribuição do valor da riqueza gerada através da Demonstração do Valor Adicionado, no setor de telefonia do Brasil, nos anos de 2007 e 2008.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Balanço Social

Por volta da década de 1960, nos EUA (Estados Unidos da América) e na Europa, observou-se o repúdio da população com relação à guerra do Vietnã, e isso deu início a um movimento de boicote à aquisição de produtos e ações de algumas empresas ligadas ao conflito. Diante disso, a sociedade exigia uma nova postura ética, e, nessa corrente de pensamento, diversas empresas passaram a prestar contas de suas ações e objetivos sociais. Começa então a existir uma consciência empresarial voltada para a elaboração e divulgação anual de relatórios com informações de caráter social, resultando no que hoje é chamado de balanço social.

Na década de 1970, começou a surgir no Brasil a ideia de balanço social. Entretanto, somente nos anos 80 surgiram os primeiros balanços sociais de empresas, e só a partir dos anos 90 foi que as corporações de diferentes setores da economia passaram a publicar o balanço social anualmente.

A proposta, no entanto, só ganhou visibilidade nacional quando o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, lançou, em junho de 1997, uma campanha pela divulgação voluntária do balanço social. Com o apoio e a participação de lideranças empresariais, a campanha decolou e vem suscitando uma série de debates através da mídia, seminários e

fóruns. Hoje é possível contabilizar o sucesso desta iniciativa e afirmar que o processo de construção de uma nova mentalidade e de novas práticas no meio empresarial está em pleno curso (www.balancosocial.org.br).

De acordo com Kroetz (2000), o Balanço Social é uma demonstração que foi criada com a finalidade de tornar pública a responsabilidade social das empresas. Tem como principal objetivo divulgar informações sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas e o retorno econômico e social em benefício da sociedade. É considerado um instrumento que fornece dados aos usuários de informação contábil referente às políticas internas, quanto à geração e distribuição de sua riqueza, à qualidade de vida nas organizações, à promoção humana de seus funcionários e à postura das empresas em relação ao meio ambiente e à própria comunidade.

Para Tinoco (2001), o Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais do desempenho das entidades aos mais diferenciados usuários, entre estes os funcionários.

Como se pode perceber, o Balanço Social é uma demonstração forte de *marketing*, mas que não serve apenas para isso, podendo ser considerado um instrumento de apoio aos proprietários nas tomadas de decisões. Para que não ocorra um viés em relação ao conceito de balanço social, Souza (1997) afirma que essa demonstração se trata "de uma avaliação para medir e julgar os fatos sociais vinculados à empresa, tanto internamente (empresa/empregados) como externamente (empresa/comunidades)". As palavras-chave aqui são medir e julgar; diante disso, o balanço social não deve expor o lado positivo da empresa, mas sim suas ações, e a natureza destas é que definirá a imagem que a sociedade terá da organização empresarial.

Atualmente, foi agregado ao Balanço Social um conjunto de informações referentes aos aspectos ambientais, ou seja, como a empresa age em relação a recursos naturais renováveis, ao meio ambiente como um todo, tanto no aspecto do uso como nas consequências que este uso acarreta.

Desta forma, o Balanço Social em seu sentido mais amplo, conforme Tinoco *apud* Tinoco e Moraes (2008), é composto por quatro grandes temas: Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado - DVA, Meio Ambiente e Responsabilidade Social. E, no caso do presente estudo, o foco se volta para a demonstração do valor adicionado.

2.2. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A DVA não tinha obrigatoriedade de elaboração no Brasil até o ano de 2007. Com o advento da Lei 11.638/07, que modificou a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), esta demonstração passou a ser exigida legalmente, mas mesmo assim apenas para as sociedades de capital aberto e para empresas abrangidas no conceito de empresa de grande porte introduzida por aquela lei, a partir do exercício de 2008.

O objetivo da DVA é demonstrar durante um período, que geralmente coincide com o exercício social, como a empresa distribuiu a riqueza — valor adicionado — que foi gerada entre os agentes que contribuíram para a criação da mesma. Valor adicionado representa a riqueza criada pela

empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade.

Na concepção de Neves e Viceconti (2002), a DVA é um instrumento contábil que visa à identificação da riqueza gerada pela empresa, a maneira que a entidade agrega valor à economia do país. Este demonstrativo surgiu tendo em vista que a Demonstração do Resultado do Exercício identifica apenas qual é a parcela da riqueza criada que, efetivamente, permanece na empresa na forma de lucro; logo, não identifica as demais gerações de riqueza, bem como as demais demonstrações financeiras, que também não são capazes de identificar quanto de valor a entidade está adicionando ou agregando às mercadorias ou insumos que adquire. As demonstrações mencionadas não identificam, ainda, quanto e de que forma são distribuídos os valores adicionados ou agregados.

No entendimento de Kroetz e Cosenza (2004), esta demonstração evidencia de forma transparente o valor gerado pelas corporações, ou seja, a riqueza nova gerada a partir de sua atividade operacional e sua repartição aos segmentos beneficiários. A esse respeito Cunha e Ribeiro (2004) argumentam que uma das formas que ampliam a capacidade de analisar o desempenho econômico e social das organizações é através do valor econômico que é agregado aos bens e serviços adquiridos de terceiros. Valor este denominado Valor Adicionado ou Valor Agregado, bem como a forma pela qual este está sendo distribuído entre os diferentes grupos sociais, que interagem com suas atividades.

De acordo com De Luca (1998), a Demonstração de Valor Adicionado (DVA) — um apndice normalmente sintético do balanço contábil de uma companhia que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa — constitui inclusive um dos componentes do balanço social. Também para Santos (1999), a Demonstração do Valor Adicionado, componente importante do Balanço Social, pode ser entendida como a forma mais eficaz criada pela Contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição de riqueza de uma entidade.

No Brasil, a matéria relativa à DVA foi abordada a partir do CPC nº. 09 - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e regulamentada através da Deliberação nº. 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Conforme o item 6 da citada deliberação, a distribuição da riqueza criada deve ser detalhada, minimamente, da seguinte forma:

- a) pessoal e encargos;
- b) impostos, taxas e contribuições;
- c) juros e aluguéis;
- d) juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos;
- e) lucros retidos/prejuízos do exercício.

Apesar de a DVA se mostrar um instrumento até certo ponto fácil de entendimento por parte dos usuários, principalmente da contabilidade, ela também apresenta suas vantagens e limitações. O quadro a seguir apresenta resumidamente alguns aspectos da DVA que são definidos como pontos positivos ou pontos negativos.

Quadro 1: Pontos positivos e negativos da DVA

Pontos positivos	Pontos negativos
Permite obter uma dupla visão da realidade empresarial: a econômica, relativa ao valor adicionado e, a social, correspondentes às rendas distribuídas;	Apresenta dificuldades de entendimento por causa de sua não normatização e estandardização;
Possibilita desenvolver um efeito sistema de avaliação dos gestores e unidades;	Pode levar a tomada de decisões incorretas quanto à maximização do valor adicionado, em lugar dos lucros;
Tem uma linguagem aceita por todos os seus destinatários e que se faz compreensível ao conhecimento de qualquer usuário;	Está sujeita à incorporação de distorções provocadas por sua subjetividade e forma própria de estimativa;
Reflete a lucratividade e a eficiência das operações e atividades da companhia, como também a evolução econômica em seu conjunto;	Pode motivar certa dificuldade na hora de se realizar análises de desempenho empresarial no setor econômico a que a companhia pertence;
Fornece a lucratividade e a eficiência das operações e atividades da companhia, como também, a evolução econômica em seu conjunto;	Necessita informações contábeis atualizadas e confiáveis e, se possível, auditadas;
Permite conhecer a contribuição econômica da empresa para a renda nacional ou para seus ambientes econômico ou social.	Pode ser demasiado trabalhoso em ambientes de grandes incertezas e complexidades monetárias, tributárias e econômicas.

Fonte: Cosenza (2003).

O cálculo e obtenção do valor adicionado estão ligados aos elementos contábeis constantes do sistema de informação da contabilidade. Por meio da Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, a entidade já poderia visualizar alguns valores que irão compor o *caput* de informações da DVA.

Ainda na concepção de Cosenza (2003), a DRE pode ser evidenciada sob a forma de igualdade, para, assim, demonstrar a distribuição da riqueza criada pela companhia, conforme demonstrado abaixo:

$$V - C - S - F - A - I = L + D + R \quad (1)$$

Onde:

V = Receitas de vendas;

C = Custo dos produtos e mercadorias vendidas;

S = Custos e despesas com pessoal;

F = Despesas financeiras;

A = Amortizações, depreciações, exaustões e provisões;

I = Impostos sobre o lucro e outros tributos;

L = Lucro do exercício antes das distribuições;

D = Dividendos e juros sobre o capital próprio;

R = Reservas de lucros retidos pela empresa.

Por consequência, pode se estabelecer que este lucro corresponde ao valor adicionado bruto (VA_{bruto}), então:

$$VA_{bruto} = V - C = S + F + A + I + D + R \quad (2)$$

Exemplificando:

Suponha-se a DRE apresentada simplificada:

Marcos Igor da Costa Santos Manuel Soares da Silva

Quadro 2: Demonstração do resultado do exercício

MOVIMENTAÇÃO	R\$
Receita de vendas	1.000
Custos das vendas	400
Lucro bruto	600
Despesas operacionais	120
Com pessoal	50
Com depreciações	40
Com tributos	20
Com juros	10
Lucro operacional	480
Imposto de renda	115
Lucro líquido	365

Fonte: elaboração própria, 2009.

Com os dados acima e com base na equação (2), de forma resumida, a DVA será apresentada conforme se segue:

$$600 = 1.000 - 400 = 50 + 10 + 40 + 135 + 0 + 365$$

3. Metodologia

3.1. Descrição do estudo

Para análise dos dados, considerou-se como data de início o ano de 2007 e estendeu-se até o ano de 2008. Como a pesquisa tem por objetivo analisar o Demonstrativo do Valor Adicionado no sentido de verificar como a geração de riqueza foi distribuída pelo setor de telefonia no Brasil com os agentes envolvidos, o estudo se pautou nos seguintes estágios:

1º Pesquisa Documental - buscou-se neste ponto do trabalho analisar os relatórios anuais publicados pelas empresas de capital aberto do segmento de telefonia, que operam no Brasil;

2º Pesquisa Bibliográfica - procedeu-se a uma análise com base nas publicações dos relatórios de empresas brasileiras do segmento de telefonia, com a intenção de permitir uma análise das evoluções e da participação dos principais agentes, tais como Governo através dos tributos, dos empregados, dos terceiros e dos acionistas.

3.2. Coleta e análise de dados

O trabalho foi desenvolvido por meio das demonstrações contábeis e sociais, objeto de análise de oito empresas, do mesmo setor, todas de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Os dados dessas empresas, objetos deste estudo, utilizados nesta pesquisa, estão disponíveis no sítio da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

3.3. Relevância do setor analisado

Especificamente, o ano de 1998 constituiu um marco para a história das telecomunicações brasileiras: o Sistema Telebrás foi privatizado em meados de julho. O processo de transformações teve início com a mudança da Constituição Federal e prosseguiu com a promulgação da Lei Geral de Telecomunicações (LGT), em 16 de julho de 1997, que criava e implementava o órgão regulador (ANATEL) e aprovava o Plano Geral de Outorgas, o Plano Geral de Metas e a reestruturação do Sistema Telebrás, culminando com a venda das ações de propriedade da União. Os quatro grandes processos utilizados pelo governo federal, de acordo com os relatórios da ANATEL (2007), com vistas a efetivar a reestruturação dos serviços foram:

- A implantação da telefonia móvel da banda 'B', em 1997, quando o território nacional foi dividido em dez áreas de concessão;
- A privatização do Sistema Telebrás, em 1998, quando a telefonia fixa ficou dividida em três áreas de concessão. A longa distância se concentrou numa só operadora, e a telefonia móvel da banda A se repartiu entre dez áreas;
- A criação e concessão, em 1999, das empresas-espelho de telefonia fixa e de longa distância; e
- A implantação da telefonia móvel nas bandas 'C', 'D' e 'E', que formaram a segunda geração do segmento do país, denominada Serviço Móvel Pessoal (SMP).

Enfrentado o desafio imposto pelo marco do novo período, cifras expressivas mostraram que, pelo menos em boa parcela, os objetivos pretendidos foram alcançados. Podem-se destacar que, no fim de 2003, 28,3 mil localidades brasileiras eram atendidas pela telefonia fixa. Um ano depois, esse atendimento cobria 28,9 mil localidades, povoadas por 154,2 milhões de habitantes de um universo de 182,5 milhões de brasileiros, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); ou, ainda, a planta de telefonia fixa que em 1997 era de 17 milhões de acessos em serviço, passando em dezembro de 2007 a alcançar 39,4 milhões. Nesse período, a rede de Telefone de Uso Público (orelhões) avançou de 520 mil para mais de 1,1 milhão. Graças aos programas de universalização, todos os 5.564 municípios brasileiros dispõem, hoje, de telefonia fixa com acesso individual e de uso público. Outro número que mostra o crescimento diz respeito aos postos de trabalho existentes no Sistema Telebrás na época e no período pós-privatizações, isto é, depois de 1998. Se havia 93,1 mil postos em 1990, o número subiu para 153,1 mil em 1998 e já beirava 500 mil no primeiro semestre de 2001 (ANATEL, 2007).

No campo do desenvolvimento tecnológico, embora seja possível listar alguns avanços, a desnacionalização de parte dos processos de P&D foi mesmo o fato marcante no período, sobretudo pela perda do poder indutor da Telebrás. Por causa da privatização, o CPqD (Centro de Pesquisas e Desenvolvimento) transformou-se em fundação de direito privado e passou a ser empresa provedora de soluções tecnológicas para o mercado em geral. Com a expansão da infraestrutura, as operadoras realizaram volumes significativos de investimentos, com financiamento expressivo do BNDES. Isso criou oportunidades para investir na indústria de equipamentos de telecomunicações, o que induziu a entrada de novos fabricantes no mercado e a ampliação da presença dos que já estavam instalados.

O mercado brasileiro de telecomunicações entrou em 2009 no cenário de crescimento e evolução contínua que foi crescendo nos anos anteriores. O primeiro trimestre deste ano já permite visualizar melhores perspectivas de negócios nos segmentos relacionados com a telefonia móvel.

4. Resultados Encontrados e Análise dos Dados

Para a análise da geração de riqueza em empresas brasileiras, através da DVA, em particular, foram analisadas oito organizações de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, sendo todas do mesmo setor da economia.

Apresenta-se a seguir a Tabela 1 que mostra o montante de Valor Adicionado a Distribuir. Essa tabela apresenta os dados relativos aos anos de 2007 e 2008 de todo o setor de telefonia móvel brasileira, e foi adaptada a partir de divulgação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em seu sítio na Internet, ou seja, www.cvm.org.br.

Tabela 1: Valor Adicionado a Distribuir do setor de telefonia

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2007	2008
TIM PARTICIPAÇÕES S/A	5.769.801	7.123.032
VIVO PARTICIPAÇÕES S/A	5.716.975	8.730.092
TELEMIG CELULAR S/A	844.269	1.116.516
TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	225.090	202.916
TELEMAR PARTICIPAÇÕES S/A	14.049.896	14.353.530
BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S/A	7.748.080	8.794.506
TELEC. DE SÃO PAULO S/A - TELESP	11.503.502	11.977.241
EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S/A	5.613.593	5.853.337

Fonte: elaboração própria, 2009.

Em R\$ mil

A Tabela 2 especifica como o Valor adicionado gerado pela TIM S/A foi distribuído entre os agentes geradores dessa riqueza. Verifica-se da análise da DVA da TIM Participações S/A como ela é formada, qual o valor adicionado gerado pela empresa, bem como a distribuição aos beneficiários desse valor, que são: pessoal, financiadores, governo e os acionistas.

Tabela 2: Distribuição Valor Adicionado - TIM S/A

	2007	2008
DISTRIBUIÇÃO VALOR ADICIONADO	100%	100%
Remuneração Empregados	9,19%	7,70%
Remuneração Governo	76,77%	65,23%
Remuneração de Capitais de Terceiros	12,86%	24,54%
Remuneração de Capitais Próprios	1,18%	2,53%

Fonte: elaboração própria, 2009.

Constata-se que em 2007 o Pessoal ficou somente com 9,19% do Valor Adicionado gerado, todavia, houve redução para 7,70% em 2008; enquanto que aos terceiros (externos) coube-lhes 12,86%, em 2007, aumentando drasticamente para 24,54% em 2008 desse montante; aos acionistas a parcela direcionada foi de 1,18%, em 2007, alcançando 2,53% em 2008. A maior parte da riqueza dessa organização foi recolhida aos governos (federal, estaduais e municipais), totalizando 76,77% em 2007, e 65,23% em 2008.

A Tabela 3 explicita a distribuição do valor adicionado da VIVO S/A e seus beneficiários, que são: empregados, governo, terceiros e acionistas.

Tabela 3: Distribuição Valor Adicionado - VIVO S/A

	2007	2008
DISTRIBUIÇÃO VALOR ADICIONADO	100%	100%
Remuneração Empregados	10,47%	7,69%
Remuneração Governo	70,01%	59,62%
Remuneração de Capitais de Terceiros	21,27%	27,62%
Remuneração de Capitais Próprios	(1,75%)	5,07%

Fonte: elaboração própria, 2009.

Verifica-se na Tabela 3, que evidencia resultados dos anos de 2007-2008: o percentual dos empregados teve sua participação diminuída no valor adicionado gerado e distribuído pela VIVO S/A. Em 2007, coube aos funcionários 10,47% desse montante, que se reduziu para 7,69% em 2008. A remuneração do governo também decresceu consideravelmente: em 2007 o percentual foi de 70,01% e passou para 59,62%. Os acionistas, no que tange à parte distribuída como dividendos e juros sobre o capital próprio, evidenciaram um aumento de 2008 em relação a 2007. Em relação ao Capital de Terceiros, foi demonstrado que a participação em 2007 foi de 21,27%, passando para 27,62% em 2008.

A Tabela 4 mostra como o Valor Adicionado gerado pela TELEMIG S/A foi distribuído entre os agentes geradores dessa riqueza. Verifica-se da análise da DVA da TELEMIG S/A como ela é formada, qual é o valor adicionado gerado pela empresa, bem como a distribuição aos beneficiários desse valor, que são: pessoal, financiadores, governo e os acionistas.

Tabela 4: Distribuição Valor Adicionado - TELEMIG S/A

	2007	2008
DISTRIBUIÇÃO VALOR ADICIONADO	100%	100%
Remuneração Empregados	14,00%	10,37%
Remuneração Governo	49,43%	48,66%
Remuneração de Capitais de Terceiros	15,51%	14,12%
Remuneração de Capitais Próprios	21,06%	26,85%

Fonte: elaboração própria, 2009.

Constata-se que em 2007 o percentual destinado aos empregados ficou com 14,00% do Valor Adicionado gerado; todavia, houve uma redução para 10,37% em 2008; em relação aos terceiros (externos), coube-lhes 15,51%, em 2007, diminuindo para 14,12% em 2008 esse montante; aos acionistas a parcela direcionada foi de 21,06%, em 2007, alcançando 26,85% em 2008. A maior parte da riqueza, igualmente como nas outras empresas, foi recolhida aos governos (federal, estaduais e municipais), totalizando 49,43% em 2007, e 48,66% em 2008.

A Tabela 5 demonstra a distribuição do valor adicionado da TELE NORTE S/A e dos seus agentes.

Tabela 5: Distribuição Valor Adicionado - TELE NORTE S/A

	2007	2008
DISTRIBUIÇÃO VALOR ADICIONADO	100%	100%
Remuneração Empregados	7,82%	8,29%
Remuneração Governo	68,78%	51,00%
Remuneração de Capitais de Terceiros	21,01%	24,48%
Remuneração de Capitais Próprios	2,39%	16,24%

Fonte: elaboração própria, 2009.

Foi possível verificar que o percentual dos empregados teve uma oscilação relativamente pequena, pois, em 2007, os funcionários obtiveram 7,82% desse montante, e 8,29% em 2008. Diferentemente aconteceu na remuneração do governo: em 2007 o percentual foi de 68,78%, havendo uma redução considerável para o ano de 2008 (51,00%). Os acionistas, no que se refere ao seu percentual na riqueza, evidenciaram um aumento significativo em 2008 em relação a 2007 (o valor responsável por esta diferença se deve ao

Marcos Igor da Costa Santos Manuel Soares da Silva

montante distribuído de dividendos). Já quanto à remuneração de Terceiros, a diferença não foi tão considerável, tendo em vista que a participação em 2007 foi de 21,01%, passando para 24,48% em 2008.

Na análise da distribuição do valor adicionado, conforme Tabela 6, da empresa TELEMAR S/A, pode-se constatar que o montante destinado aos empregados praticamente não se modificou de 2007 para 2008.

Tabela 6: Distribuição Valor Adicionado - TELEMAR S/A

	2007	2008
DISTRIBUIÇÃO VALOR ADICIONADO	100%	100%
Remuneração Empregados	5,77%	5,90%
Remuneração Governo	59,16%	60,69%
Remuneração de Capitais de Terceiros	16,10%	25,51%
Remuneração de Capitais Próprios	18,96%	7,90%

Fonte: elaboração própria, 2009.

No que se refere aos tributos (Governo), a oscilação também foi considerada pequena, haja vista que em 2007 foram 59,16% e em 2008 60,69%. Na remuneração de terceiros (externos), houve uma variação considerável, pois em 2007 o valor foi de 16,10% e em 2008 de 25,51%. Já na remuneração dos acionistas, houve um decréscimo ao se comparar o ano de 2007 (18,96%) com o de 2008 (7,90%).

A distribuição do valor adicionado da organização Brasil TELECOM S/A, de acordo com a tabela 7, mostrou que a variação entre o ano de 2007 e o de 2008 do percentual destinado aos empregados foi de aproximadamente 17%.

Tabela 7: Distribuição Valor Adicionado - TELECOM S/A

	2007	2008
DISTRIBUIÇÃO VALOR ADICIONADO	100%	100%
Remuneração Empregados	8,66%	10,15%
Remuneração Governo	65,25%	60,86%
Remuneração de Capitais de Terceiros	13,88%	16,00%
Remuneração de Capitais Próprios	12,21	12,99%

Fonte: elaboração própria, 2009.

Em relação à remuneração do governo, existiu uma redução de aproximadamente 4,50% de 2008 em relação a 2007. No capital de terceiros, houve um acréscimo de 2007 para 2008. O primeiro ano teve 13,88% e o ano posterior 16,00%. Quanto à remuneração dos acionistas, não existiu uma oscilação relevante (aproximadamente 0,78%).

A Tabela 8 destaca a distribuição do valor adicionado da Telecomunicações de São Paulo S/A - TELESP e como foi fracionado entre seus agentes. Foi possível verificar que o percentual dos empregados teve uma variação pequena, pois em 2007 os funcionários obtiveram 6,48% da riqueza, e 5,25% em 2008.

Tabela 8: Distribuição Valor Adicionado - TELESP S/A

	2007	2008
DISTRIBUIÇÃO VALOR ADICIONADO	100%	100%
Remuneração Empregados	6,68%	5,25%
Remuneração Governo	62,46%	59,52%
Remuneração de Capitais de Terceiros	9,60%	13,67%
Remuneração de Capitais Próprios	21,27%	21,56%

Fonte: elaboração própria, 2009.

Diferentemente aconteceu com o percentual de tributos: em 2007 foi de 62,46%, havendo uma redução para o ano de

2008 (59,52%). Na comparação da remuneração aos acionistas, comparando os dois exercícios, praticamente não existiu diferença. Já quanto à remuneração de Terceiros, existiu um aumento, tendo em vista que a participação em 2007 foi de 9,60%, passando para 13,67% em 2008.

A última empresa do segmento de telefonia a ser analisada foi a Embratel S/A, e nela pode ser constatado que praticamente não houve modificação entre 2007 e 2008 no que se refere à porcentagem dos empregados.

Tabela 9: Distribuição Valor Adicionado - EMBRATEL S/A

	2007	2008
DISTRIBUIÇÃO VALOR ADICIONADO	100%	100%
Remuneração Empregados	13,12%	14,10%
Remuneração Governo	65,46%	66,06%
Remuneração de Capitais de Terceiros	6,77%	9,25%
Remuneração de Capitais Próprios	14,65%	10,59%

Fonte: elaboração própria, 2009.

Em relação à fração do Governo, a oscilação também foi considerada pequena, haja vista que em 2007 foi de 65,46% e em 2008 de 66,06%. Na remuneração de terceiros (externos), houve uma pequena variação, pois em 2007 o valor foi de 6,77% e em 2008 de 9,25%. Já na remuneração dos acionistas houve um decréscimo se se compararam os mesmos exercícios conforme apresentado abaixo.

Considerações Finais

De posse dos resultados encontrados na pesquisa, após seguir a metodologia traçada para atingir o objetivo do artigo, que foi analisar a Demonstração do Valor Adicionado das empresas do segmento de telefonia no Brasil, verificando a geração de sua riqueza e como ela está sendo distribuída entre os agentes envolvidos com as atividades da empresa, é possível tecer as seguintes considerações:

a) verificou-se que a Demonstração do Valor Adicionado - DVA evidencia de forma transparente o valor gerado pelas organizações, ou seja, a riqueza gerada a partir de sua atividade operacional e sua distribuição aos segmentos beneficiários;

b) a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é uma demonstração muito importante em diversos aspectos, tais como demonstrar a riqueza gerada pela empresa e como este valor é distribuído entre seus agentes internos (lucro retido, sócios e funcionários) e seus agentes externos (financiadores e governo);

c) a DVA não pode ser confundida com a Demonstração do Resultado do Exercício. A DRE tem como objetivo principal avaliar qual foi o resultado e de onde foi gerado esse resultado. Essa demonstração é apresentada de forma sintetizada e agrupada, revelando poucas informações ao público externo sobre o que a empresa está fazendo pela comunidade e pelo país, ou seja, como a organização está distribuindo esta riqueza gerada entre seus agentes;

d) a Lei 11638/2007, em seu artigo 176, explicita que, as empresas de capital aberto deverão, obrigatoriamente, apresentar a DVA - Demonstração do Valor Adicionado a partir do exercício de 2008. Ainda na própria lei, no artigo 188, inciso II, diz-se que essa demonstração deve conter o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição

entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como trabalhadores, terceiros, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída, ou seja, o lucro ou prejuízo que foi retido;

e) da análise das DVAs dessas empresas, verificou-se que a grande maioria é geradora de valores adicionados consideráveis e também de tributos (impostos, taxas e contribuições). No que concerne ao Valor Adicionado, o artigo evidenciou que tanto no exercício de 2007 como no de 2008, em média, a carga tributária (remuneração do governo) apresentou-se como o principal agente arrecadador. A parcela do Valor Adicionado de terceiros mostrou-se como o segundo maior agente, em seguida aparecendo os acionistas e por último os trabalhadores que colaboram

diariamente na geração de riqueza para as empresas e para a sociedade.

Escassez de informações, ou seja, o limitado número de publicações sobre a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), pode ter prejudicado a pesquisa, no sentido de permitir uma melhor relação de comparação entre os resultados apurados. Resta, portanto, realizar novas pesquisas em trabalhos futuros, a fim de possibilitar a generalização das informações relacionadas com a geração de riqueza e como está sendo distribuída essa demonstração em setores diferentes e que estejam baseadas em dados concernentes a uma amostra maior e que permitam coletar e registrar dados em grande quantidade.

Referências

- ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações. Relatório da Administração. Disponível em: < <http://www.anatel.gov.br>>. Acesso em 12 mai. 2009.
- BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 12 mai. 2009.
- _____. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 dez. 1976. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 12 mai. 2009.
- CVM - Comissão de Valores Mobiliários. Consulta de Documentos de Companhias Abertas. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em 10 mai. 2009.
- COSENZA, J.P. 2003. A eficácia informativa da Demonstração do Valor Adicionado. *Revista Contabilidade e Finanças*. Edição especial, USP, São Paulo, ano XIV, p.7-29, out/2003.
- CUNHA, J. V. A. da; RIBEIRO, M. S. Evolução e diagnóstico atual do balanço social. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 4, 2004, São Paulo. Anais eletrônicos. Disponível em: <www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos42004/281>. Acesso em 12/maio/ 2009.
- DE LUCA, Márcia Martins Mendes. *Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB*. São Paulo: Atlas, 1998.
- FIPECAFI. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações*. São Paulo: Atlas, 2003.
- IBASE - INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. Disponível em:<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: 12 mai 2008.
- KROETZ, César Eduardo. *Balanço social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.
- KROETZ, César Eduardo; COSENZA, José Paulo. Considerações sobre a eficácia do valor adicionado para a mensuração do resultado econômico e social. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná*. Ano 29, nº 138 - 1º Quadrimestre de 2004.
- NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo V. *Contabilidade Avançada e análise das Demonstrações Financeiras*. São Paulo: 11 ed., Frase Editora, 2002.
- SANTOS, Ariovaldo dos. *Demonstração do Valor Adicionado - DVA - Um instrumento para medição da geração e distribuição de riqueza nas empresas*. Tese de Livre Docência, São Paulo: FEA/USP, 1999.
- SOUZA, Hebert. *Empresa Pública e Cidadã*. Folha de São Paulo, 1997.
- TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Balanço Social: uma abordagem sócio-econômica da contabilidade*. Dissertação de mestrado (Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo). São Paulo: FEA/USP, 1984.
- _____. MORAES, Pérsio Belluomini. Uso da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, como ferramenta de medição da carga tributária no Brasil. *Revista Eletrônica de Gestão de Negócios*, v. 4, n. 1, jan-mar/2008, p. 1-32.
- _____. *Balanço Social: uma Abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações*. São Paulo: Atlas, 2001.

